

O DRAMA DOS DESABRIGADOS

Governador de SP estuda verticalização em áreas do litoral para vítimas das chuvas



MARIA ISABEL OLIVEIRA

Encostas perigosas.

A cidade de São Sebastião, onde foram encontrados 64 dos corpos de vítimas da tragédia das chuvas no litoral de SP, tem poucas áreas planas para alojar pessoas que vivem hoje em áreas de risco

mundo dessas áreas (Junquehy e Barra do Sahy) — disse o governador ao GLOBO, prometendo que, no próximo verão, as pessoas em situação de vulnerabilidade já estarão morando fora das zonas de risco.

Na semana passada, Tarcísio assinou decreto para desapropriar uma área de mais de 10 mil metros quadrados na Barra do Sahy, que será usada nos projetos habitacionais. Também serão erguidas moradias para pessoas de baixa renda em terrenos cedidos pela prefeitura de São de Sebastião. O governador estimou que o setor privado deve disponibilizar R\$ 7,5 milhões para o aluguel de pousadas que vão funcionar como abrigos provisórios.

DESIGUALDADE

A região é, sobretudo, desigual. Entre 2019 e 2021, período que inclui a pandemia, a área formada pelo Litoral Norte e o Vale do Paraíba registrou o maior empobrecimento em todo o estado de São Paulo. Segundo o Mapa da Nova Pobreza, publicado pela Fundação Getúlio Vargas em junho do ano passado, 21,69% dessa população vivem hoje abaixo da linha de pobreza, com uma renda domiciliar per capita de até R\$ 497. Trata-se da região do estado em que há, proporcionalmente, mais pessoas nesse estrato social. Antes da pandemia, esse contingente representava 14,6% da população.

— Estamos vendo uma tragédia no estado mais rico da federação, em sua área mais pobre e onde a pobreza aumentou em quase 50% em dois anos. É quase sobre choque — diz Marcelo Neri, diretor da FGV Social. Enquanto convive há anos com casas em encostas e locais de risco, São Sebastião abriga condomínios de luxo, com casas de até R\$ 35 milhões em bairros como Junquehy e Barra do Una. Neri observa que o risco na região afeta a todos, mas sobretudo os mais pobres.

BIANCA GOMES, ELISA MARTINS, GUILHERME CAETANO E MARIANA ROSÁRIO
brasil@oglobo.com.br
SÃO PAULO

A construção de novas moradias em terrenos seguros no Litoral Norte, prometida pelo governo de São Paulo aos desabrigados das chuvas em São Sebastião, expõe um desafio antigo na região. Assolada por pressão imobiliária, desigualdade e falta de terras disponíveis, a cidade, epicentro do desastre, terá de vencer entraves como a dificuldade de verticalização pela escassez de terrenos planos e devido à topografia das encostas da região.

A proposta do governo de São Paulo prevê a retirada de moradias de áreas de risco, uso de novas tecnologias de construção e a demolição de imóveis em situação irregular. Além de 65 mortos, a tragédia no Litoral Norte de SP deixou 4.066 pessoas sem teto, entre desabriga-

dos e desalojados.

— Hoje temos algumas áreas com a possibilidade de construção de até nove metros de altura. Queremos chegar até 15 metros. Teríamos condição, numa mesma área, de aproveitar mais o terreno e fazer novas casas — disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, em entrevista coletiva na semana passada.

Há outras variáveis que se sobrepõem no problema habitacional como questões sociais e a presença do Parque Estadual da Serra do Mar, importante reserva de Mata Atlântica que precisa ser protegida.

— Há anos diferentes gestões da prefeitura propõem mudanças de uso do solo para permitir alguma verticalização, boa parte conectadas a zonas especiais de interesse social e habitações populares. Mas o valor da terra é alto, porque há pouca área passível de ser urbanizada. Também há questões ambientais, como o Parque Estadual da Serra do

Mar, importante reserva de Mata Atlântica, do outro lado. E no meio está a população mais pobre. O resultado é a formação de uma espécie de cinturão de extrema precariedade e desigualdade — explica Luciana Travassos, professora da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Segundo ela, as iniciativas passam por disponibilizar infraestrutura, urbanizar assentamentos e produzir habitações de interesse social. Travassos acrescenta que o poder público tem ficado preso nesses obstáculos: nem altera a regulamentação para permitir algum grau de verticalização e nem propõe outras alternativas habitacionais.

Um outro complicador é que a falta de infraestrutura urbana e de saneamento instiga uma resistência por parte de moradores e associações nessas localidades. Travassos pontua que as ações devem ser integradas e que não adianta alorjar a

população que ocupa as encostas ou áreas de risco longe de seus locais de trabalho e sem opção de mobilidade.

A indisponibilidade de terras foi lembrada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin no fim de semana, quando ele esteve na região:

— Uma das dificuldades no litoral é terreno — afirmou o ex-governador de São Paulo. — Conseguir terreno seguro e juridicamente possível é muito importante. O governo federal entrará nisso.

Ontem, Tarcísio afirmou que pretende contar com aporte financeiro de empresários para a construção de casas no Litoral Norte.

— Em 30 dias, vamos tentar construir as vilas de passagem, que seriam aquelas casas temporárias para formar um pulmão habitacional. São residências modulares para serem feitas de forma rápida. A legislação local já comporta o que queremos fazer lá. A ideia é tirar todo



“Hoje temos áreas com a possibilidade de construção de até nove metros de altura.

Queremos chegar a 15 metros”

Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo

“Estamos vendo uma tragédia no estado mais rico da federação, em sua área mais pobre”

Marcelo Neri, diretor da FGV Social